



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
(AICEP)**

CONSULTA PRÉVIA

Alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE VALIDAÇÃO E ANÁLISE DE CANDIDATURAS
0376.2024.CPR.DINC**

CADERNO DE ENCARGOS



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

OBJETO

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de validação e análise de candidaturas, no âmbito do Portugal 2030, à tipologia de intervenção Internacionalização das PME do Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial, na modalidade de Operações Individuais, para a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (doravante AICEP), nos termos previstos no presente caderno de encargos.
2. A prestação de serviços compreende, além da validação e análise de candidaturas referidas no número anterior, a análise de alegações contrárias apresentadas pelos promotores em fase de audiência prévia.
3. As análises de candidaturas e/ou alegações contrárias apresentadas pelos promotores em fase de audiência prévia estimam-se num total mínimo de 550.
4. O presente procedimento, adotado ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante CCP), tem a seguinte referência 0376.2024.CPR.DINC.

Cláusula 2.^a

CONTRATO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados, desde que os mesmos tenham sido expressamente aceites pelo Conselho de Administração da AICEP, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f) A declaração relativa à proteção de dados pessoais (Anexo A).



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual ali são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 3.ª

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

1. As dúvidas que o adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços que lhe tenham sido fornecidos pela AICEP devem ser submetidas a esta antes do início da execução dos serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o adjudicatário submetê-las imediatamente à AICEP, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 4.ª

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

Sem prejuízo das obrigações de natureza acessória que devam perdurar para além da cessação do contrato a celebrar, este entra em vigor no dia da respetiva assinatura e é válido por um período de 12 meses, ou até se esgotar o preço contratual em função do número efetivo de candidaturas e/ou alegações contrárias validadas e analisadas pelo Adjudicatário, consoante o que ocorrer primeiro.

Cláusula 5.ª

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do contrato a celebrar são executados nas instalações do adjudicatário, nos termos do presente caderno de encargos, devendo os resultados do trabalho desenvolvido ser entregues à Direção de Incentivos da AICEP, nas instalações sitas na Rua de Entrecampos, n.º 28 - Bloco B, 1700-058 Lisboa.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 6.^a

PREÇO BASE

1. O preço base do presente procedimento é fixado em um máximo de 74.360,00€ (setenta e quatro mil trezentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, resultado da aplicação de um preço unitário de 135,20€ (cento e trinta e cinco euros e vinte cêntimos) multiplicado pelo número total mínimo estimado de 550 análises de candidaturas e/ou alegações contrárias apresentadas pelos promotores em fase de audiência prévia, sendo este o montante máximo que a AICEP se dispõe a pagar pela prestação de todos os serviços previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a celebrar.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AICEP, incluindo designadamente as despesas com meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais e informáticos, fiscalidade, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade industrial ou intelectual, seguros, ou de quaisquer licenças.
3. A determinação do preço base resulta de consulta preliminar ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

Cláusula 7.^a

PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação de todos os serviços, previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do caderno de encargos e do contrato a celebrar, a AICEP pagará ao adjudicatário unicamente o preço constante da respetiva proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor – o qual corresponderá ao preço unitário constante da proposta multiplicado pelo número de candidaturas e/ou alegações contrárias validadas e analisadas pelo Adjudicatário, num mínimo estimado de 550 e máximo até ao limite de 74.360,00€, nos termos da cláusula seguinte.
2. Não serão feitos pagamentos que não respeitem a serviços efetivamente prestados, não sendo devidos ao adjudicatário os montantes correspondentes a quantidades ou trabalhos estimados não prestados nem qualquer indemnização por conta dessa circunstância.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

3. O preço contratual compreende a globalidade dos custos, encargos e despesas em que o adjudicatário incorra com a celebração e o cumprimento integral do contrato a celebrar, incluindo os relativos a deslocações, transporte, alojamento, alimentação, decorrentes da utilização de marcas, patentes ou licenças, os referidos no artigo 445.º do CCP e, ainda, os decorrentes das obrigações de garantia dos serviços prestados.
4. O preço contratual engloba ainda a remuneração do adjudicatário por quaisquer benefícios que a AICEP tenha com a globalidade das prestações contratuais e não expressamente previstos no contrato, incluindo os de natureza comercial ou relativos à transmissão de direitos de autor.

Cláusula 8.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela AICEP, nos termos do presente caderno de encargos, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (dias) após receção das respetivas faturas, as quais apenas podem ser emitidas com o vencimento da obrigação a que se referem.
2. Para efeitos do disposto no número 1 da presente Cláusula, a obrigação considera-se vencida após receção e validação pela AICEP dos serviços prestados, atendendo ao número de candidaturas e/ou alegações contrárias validadas e analisadas pelo Adjudicatário, em cada Aviso para Apresentação de Candidaturas, correspondendo o valor a pagar à multiplicação desse número pelo preço unitário fixado no contrato a celebrar, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. As faturas deverão conter de forma discriminada os serviços efetivamente prestados e a indicação expressa do número de compromisso que constará do contrato, bem como ser acompanhadas das declarações a que se refere o n.º 4 da Cláusula 12.ª do presente caderno de encargos.
4. Em caso de discordância por parte da AICEP, relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitida, e observando o disposto nos números anteriores, a fatura será paga através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo adjudicatário, depois da verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento da despesa pública.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

6. Em caso de atrasos no pagamento por parte da AICEP, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre os montantes em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.

Cláusula 9.ª

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, do contrato a celebrar, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
- a) Prestar os serviços objeto do contrato, de acordo com as especificações e requisitos técnicos exigidos no presente caderno de encargos, nos prazos estipulados, tendo em vista o cumprimento das finalidades principais e acessórias do contrato e a satisfação do legítimo interesse da AICEP na celebração do mesmo;
 - b) Cumprir as condições fixadas no presente caderno de encargos para a execução dos serviços, com absoluto respeito pela legislação em vigor;
 - c) Utilizar as ferramentas e demais instrumentos de trabalho padronizados e disponibilizados pela AICEP;
 - d) Receber formação inicial adequada às tarefas a executar, bem como implementar todas as ações de melhoria que lhe sejam indicadas pela AICEP;
 - e) Manter, de forma organizada e pelo tempo considerado necessário, todos os ficheiros e documentos de trabalho disponibilizados pela AICEP, bem como os relativos ao *output* final dos trabalhos;
 - f) Executar os serviços que lhe foram adjudicados, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - g) Não alterar as condições de prestação dos serviços;
 - h) Não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização, escrita, da AICEP;
 - i) Prestar, de forma correta e fidedigna, todas as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados, de acordo com as circunstâncias;
 - j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- k) Comunicar antecipadamente à AICEP os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
 - l) Inteirar-se de todos os aspetos específicos e dos diversos condicionalismos legais, regulamentares e operacionais referentes à prestação integral dos serviços, tendo em vista a sua boa execução;
 - m) Cumprir toda a legislação e orientações em vigor no que concerne à prestação dos serviços objeto do contrato, designadamente, a aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
 - n) Cumprir todas as orientações da AICEP emanadas no quadro de conformação da relação contratual, que sejam adequadas e necessárias à execução do contrato do modo mais adequado às respetivas finalidades, suscitando-lhe todas as questões de natureza técnica que careçam de apreciação ou de determinação;
 - o) Manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados, devendo disponibilizá-los à AICEP, sempre que esta os solicite;
 - p) Não proceder à transmissão ou divulgação de qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte, relativa à AICEP ou a terceiro, designadamente as que consubstanciam dados pessoais, as abrangidas por direitos de autor, as classificadas e explicitamente transmitidas como confidenciais ou as que respeitem à gestão privada da AICEP, às quais venha a ter acesso em virtude da execução do contrato, sendo esta obrigação, a vigorar sem termo, diretamente extensível a quaisquer dos seus agentes, trabalhadores e/ou colaboradores;
 - q) Realizar os serviços acessórios que forem considerados necessários;
 - r) Deter os seguros obrigatórios no âmbito da prestação dos serviços;
 - s) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável *ex vi* do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma.
2. O adjudicatário e os respetivos trabalhadores e/ou colaboradores estão ainda sujeitos ao dever de diligência sobre todos os assuntos que lhes sejam confiados.
3. O adjudicatário é responsável, no âmbito da relação contratual, por todos os seus atos e omissões, incluindo dos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam, dos quais resultem prejuízos para a AICEP ou para terceiros.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

4. O adjudicatário é responsável perante a AICEP por quaisquer valores, a qualquer título, que esta tenha pago ou haja de pagar em virtude do incumprimento, mora ou cumprimento defeituoso do contrato, ou da violação de quaisquer obrigações de natureza legal ou regulamentar aplicáveis, incluindo, nos termos do artigo 447.º do CCP, violação de direitos de propriedade intelectual.
5. O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam adequados ao cumprimento das prestações objeto do contrato, bem como ao estabelecimento dos sistemas de organização necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, que decorrem da prestação de serviços a contratar.
6. Ao Adjudicatário competirá inteirar-se de todos os aspetos específicos e dos diversos condicionalismos legais, regulamentares e operacionais referentes à prestação integral dos serviços, tendo em vista a sua boa execução e competindo-lhe ainda, a realização de todos os trabalhos acessórios que forem considerados necessários.
7. O Adjudicatário será igualmente responsável pelos danos causados pelo incumprimento e/ou cumprimento defeituoso do objeto do Contrato, devidos a negligência, quebra de sigilo e não cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis à adequada prestação de serviços em causa.

Cláusula 10.^a

SIGILO

1. O adjudicatário e os respetivos trabalhadores e/ou colaboradores estão sujeitos, nos termos da legislação aplicável, incluindo o estipulado nos estatutos da AICEP para os respetivos trabalhadores, a sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, jurídica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que dela resulte, a violação do dever de sigilo pelo adjudicatário ou pelos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam, prevista na presente cláusula, confere à AICEP o direito à resolução imediata do contrato sem qualquer contrapartida ao adjudicatário.
5. O dever de sigilo mantém-se indefinidamente, salvo autorização expressa em contrário pela AICEP.

Cláusula 11.^a

DADOS PESSOAIS

A AICEP e o adjudicatário comprometem-se a tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável à proteção de dados pessoais, através de medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso não autorizado aos mesmos, nos termos da Declaração que se anexa como **Anexo A** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 12.^a

INCOMPATIBILIDADE, IMPEDIMENTOS E CONFLITOS DE INTERESSES

1. Ao adjudicatário são aplicáveis, com as devidas adaptações, as regras relativas às garantias de imparcialidade previstas no Código do Procedimento Administrativo.
2. Caso, ao longo da prestação de serviços objeto do presente procedimento, venha a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos da lei ou indicados no número seguinte, o adjudicatário compromete-se a informar a AICEP desse facto e a tomar as medidas necessárias à sua superação.
3. Entende-se por conflito de interesses qualquer situação em que o adjudicatário, por força do contrato ou por causa dele ou mesmo no exercício de outras atividades, pessoais ou profissionais, tenha de tomar opções técnicas, propor decisões ou emitir pareceres, com reflexo direto ou indireto em procedimentos de qualquer natureza, que possam afetar ou em que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros à AICEP, privados



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ou públicos e que, por essa via, prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor, ou que possam suscitar dúvida fundada sobre a isenção e o rigor que são devidos.

4. Os elementos da equipa do adjudicatário afetos à prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar deverão assinar a Declaração que se anexa como Anexo B ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante, encontrando-se o adjudicatário obrigado a fornecer as referidas declarações à AICEP com as faturas referentes aos serviços prestados.

Cláusula 13.^a

PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial e intelectual.
2. Caso a AICEP venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
3. O adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais, direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do contrato.

Cláusula 14.^a

SEGUROS

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos, que a legislação aplicável determine.
2. A AICEP pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Cláusula 15.^a

PROPRIEDADE INTELECTUAL



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

1. Ficam a pertencer à AICEP todas as obras suscetíveis de proteção a título de direitos de autor ou direitos conexos, emergentes da execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o adjudicatário transmite à AICEP a posse e propriedade sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes, bem como produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias, que estejam na sua titularidade, por um período indeterminado e sem quaisquer restrições geográficas, compreendendo os direitos de uso, transmissão, modificação, apresentação a terceiros, distribuição, e quaisquer outras formas de exploração das obras emergentes da execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.
3. Pela transmissão dos direitos de autor ou direitos conexos a que se referem os números anteriores, não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do caderno de encargos.
4. O adjudicatário obriga-se a colaborar com a AICEP caso se mostre necessário promover o registo dos direitos de autor e direitos conexos objeto de transmissão nos termos da presente cláusula, designadamente subscrevendo a documentação exigida para o efeito.

Cláusula 16.^a

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo da AICEP ou do adjudicatário que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudessem ser conhecidas ou previstas à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, verificando-se os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves gerais, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a

PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E RETENÇÃO

1. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário fica dispensado de prestar caução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode a AICEP, caso o considere conveniente para garantir o cumprimento exato e pontual de todas as obrigações legais e contratuais, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar ao adjudicatário, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

3. Salvo em caso de aplicação de sanções contratuais, a AICEP deve ouvir o adjudicatário antes de proceder à retenção a que se refere o número anterior, tendo este o prazo de 5 (cinco) dias para se pronunciar por escrito.
4. Sempre que a AICEP exerça a faculdade de retenção, o adjudicatário deve proceder ao cumprimento exato e pontual das obrigações legais e contratuais que motivaram aquele exercício, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação para esse efeito.

Cláusula 18.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DA AICEP

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a AICEP pode resolver o contrato nos termos dos artigos 333.º e seguintes do CCP.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.
3. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos do presente caderno de encargos.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a AICEP pode denunciar o contrato, mediante notificação enviada ao adjudicatário com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula 19.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do artigo 332.º do CCP.
2. Em caso de incumprimento de obrigações pecuniárias pela AICEP por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, o direito de resolução pode ser exercido mediante notificação à AICEP, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a AICEP cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Excetuando as situações previstas no número anterior, o direito de resolução é exercido por via judicial.

Cláusula 20.^a

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

1. Ao adjudicatário não assiste o direito de ceder a terceiros, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou a fazer-se substituir, por qualquer forma, sem autorização prévia da AICEP, dada por escrito, e nos termos das disposições aplicáveis do CCP.
2. A responsabilidade pela execução do objeto do contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.
3. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do presente procedimento pré-contratual, que venha a ser indicado pela AICEP, pela respetiva ordem sequencial.
4. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a AICEP interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no presente procedimento pré-contratual, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
5. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no presente procedimento pré-contratual.
6. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da AICEP, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
7. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

Cláusula 21.^a

SANÇÕES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento, total ou parcial, de quaisquer obrigações emergentes do contrato, a AICEP pode aplicar sanções de natureza pecuniária ao adjudicatário, por cada ocorrência, calculadas de acordo com a fórmula $P = V * A/B$, em que:
 - a) P corresponde ao montante da penalidade;
 - b) V é igual ao valor do contrato;
 - c) A é o número de validações/análises não realizadas de acordo com os requisitos técnicos exigidos e/ou nos prazos estabelecidos;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- d) B é o número de validações/análises que venham a ser definidas para o período de execução do contrato.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AICEP tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
 3. No caso de aplicação de sanções de natureza pecuniária, a AICEP deduz os valores dessas mesmas sanções ao preço contratual.
 4. As sanções de natureza pecuniária podem ser aplicadas pela AICEP em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário.
 5. As sanções de natureza pecuniária previstas na presente cláusula não obstam a que a AICEP exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento definitivo das obrigações a cargo do adjudicatário ou exija uma indemnização pelo dano excedente.
 6. Nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado da aplicação de sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual.
 7. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e na circunstância da AICEP não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 8. A aplicação de sanções de natureza pecuniária obedece ao disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP.

Cláusula 22.^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre a AICEP e o adjudicatário, quaisquer comunicações ou notificações efetuadas entre as Partes devem ser efetuadas preferencialmente através de correio eletrónico para o endereço a indicar pela AICEP, mediante transmissão escrita e eletrónica de dados, com aviso de entrega ou carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer comunicação ou notificação efetuada por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a AICEP e que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, feitas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se efetuadas às 10 horas do dia útil seguinte.
5. Toda e qualquer comunicação, notificação e/ou documentação emitida pelo adjudicatário em sede de execução contratual terá de ser, obrigatoriamente, redigida em português.

Cláusula 23.^a

GESTOR DO CONTRATO

1. Cada uma das Partes no contrato a celebrar obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a contraparte para todos os fins associados à execução do mesmo.
2. Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, será nomeado um gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, sendo o adjudicatário informado daquela nomeação aquando da notificação da decisão de adjudicação.

Cláusula 24.^a

AMBIENTE E IGUALDADE DE GÉNERO

As Partes comprometem-se a, durante a execução do contrato, cumprir as normas nacionais, regionais, europeias e internacionais de proteção do ambiente, a promover a igualdade de género e a evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Cláusula 25.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o mais que não esteja expressamente previsto no programa do procedimento e no caderno de encargos, aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação conexa aplicável.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 26.^a

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 27.^a

ENQUADRAMENTO

1. A Direção de Incentivos da AICEP tem por Missão analisar todas as candidaturas a incentivos financeiros e fiscais que se encontram sob a responsabilidade da AICEP, no quadro das suas atribuições estatutárias, nomeadamente no âmbito dos instrumentos financeiros de apoio da União Europeia integrados no Portugal 2030.
2. Neste sentido, a Direção de Incentivos da AICEP analisa, na vertente de atribuição de incentivos financeiros, nomeadamente, os Projetos candidatos à tipologia de intervenção Internacionalização das PME no âmbito do Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial do Portugal 2030, na Modalidade de Operações Individuais.

Cláusula 28.^a

PERFIL TÉCNICO DA EQUIPA

Os serviços a contratar pressupõem a afetação de recursos humanos qualificados, em número e com perfis adequados às tarefas a desempenhar no âmbito do contrato a celebrar, devendo possuir formação técnica, experiência e exigência de rigor compatíveis com o tipo de tarefas a desempenhar.

Cláusula 29.^a

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS TAREFAS A EXECUTAR

1. As tarefas a executar no âmbito da análise das candidaturas da tipologia de intervenção Internacionalização das PME, na Modalidade de Operações Individuais, do Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial compreendem:



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- a) A verificação dos critérios de admissibilidade estabelecidos nos Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC);
 - b) A verificação dos critérios de elegibilidade dos candidatos e dos projetos;
 - c) A preparação dos pedidos de esclarecimentos e a verificação dos elementos disponibilizados pelos candidatos aos mencionados AAC;
 - d) O apoio ao esclarecimento das questões colocadas por parte dos candidatos aos mencionados AAC;
 - e) A análise dos investimentos propostos e a determinação das despesas elegíveis;
 - f) O apuramento do Mérito dos Projetos, de acordo com o Referencial de Mérito associado a cada AAC;
 - g) A elaboração de um parecer qualitativo sobre a empresa e sobre o projeto;
 - h) O preenchimento da Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo (FACI) relativa a cada candidatura;
 - i) Outras verificações formais.
2. As tarefas a executar abrangem a análise inicial das candidaturas aos Avisos para Apresentação de Candidaturas no âmbito da tipologia de intervenção Internacionalização das PME do Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial e a análise das alegações contrárias apresentadas pelos promotores em fase de audiência prévia.

Cláusula 30.^a

ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO

1. Com vista a garantir a qualidade dos trabalhos e o cumprimento dos prazos estabelecidos, é efetuado um acompanhamento permanente por parte de técnicos da Direção de Incentivos, indicados pela AICEP, incluindo formação inicial aos recursos humanos da adjudicatária, validação da qualidade do *output* final, monitorização do calendário de entregas acordado e indicação das ações de melhoria a implementar no decurso dos trabalhos.
2. No âmbito do acompanhamento e supervisão dos trabalhos, serão realizadas reuniões entre a AICEP e a adjudicatária, em número e com a frequência que as Partes entendam como adequados para garantir a concretização dos objetivos estabelecidos.
3. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, deverá a adjudicatária assegurar um nível interno de supervisão adequado a uma triagem da qualidade do output dos trabalhos, prévia à validação final a efetuar pela Direção de Incentivos da AICEP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO A

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na
qualidade de representante legal de (*) _____ (firma, número de
identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de
identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de
Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de
_____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara,
estar ciente de que:

A. Obrigações da AICEP:

1. A AICEP procederá ao tratamento de dados pessoais para efeitos exclusivos de execução do contrato a celebrar e do cumprimento de obrigações legais;
2. A AICEP, enquanto entidade responsável pelo tratamento, dispõe de um Encarregado da Proteção de Dados, contactável através do endereço de correio eletrónico dpo@portugalglobal.pt, ou através de outro meio que venha a ser por ela indicado no seu *website* (www.portugalglobal.pt);
3. O titular de dados pessoais pode exercer os seus direitos perante a AICEP (na medida em que esta efetue o tratamento dos seus dados), tais como o direito de informação / acesso, de retificação ou apagamento dos dados, bem como o direito à limitação e portabilidade dos mesmos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido por escrito a ser remetido através do formulário eletrónico existente para esse efeito no *website* da AICEP (página Política de privacidade), gozando ainda do direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo;
4. A AICEP pode transmitir os dados pessoais a outras entidades, tidas como necessárias à prossecução das atividades da AICEP ou ao cumprimento de obrigações contratuais ou legais, desde que estas cumpram os requisitos legalmente aplicáveis, designadamente em matéria de proteção de dados pessoais;
5. Os dados pessoais serão conservados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

6. Para efeitos de gestão do contrato a celebrar podem ser realizadas operações automatizadas, nomeadamente definição de perfis, garantindo-se, contudo que as mesmas são efetuadas com os limites impostos pela legislação aplicável.

B. Obrigações do Adjudicatário / Prestador de serviço:

Para efeitos de execução do presente contrato de prestação de serviços/fornecimento, declara o Adjudicatário/Prestador de serviço, que se compromete a:

- i) Tratar todos os dados pessoais em respeito pelos princípios e obrigações impostas pela legislação da União Europeia e Portuguesa referente ao tratamento de dados pessoais (nomeadamente o RGPD- Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e a LPDP-Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto que assegura a sua execução na ordem jurídica nacional);
- ii) Garantir, nas situações onde haja partilha de dados pessoais com a AICEP, que estes foram recolhidos em conformidade com a alínea anterior, no cumprimento quer do princípio de informação quer do princípio da licitude, nomeadamente na obtenção do consentimento válido quando necessário, que permita o tratamento legítimo de tais dados pela AICEP;
- iii) Tratar os dados pessoais partilhados pela AICEP, unicamente para efeitos de gestão desta prestação de serviços/fornecimento, não podendo utilizá-los para outras finalidades nem ceder, a qualquer título, junto de terceiros;
- iv) Conservar os dados pessoais partilhados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior.

Assinatura

Data

(*) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO B

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

A presente Declaração visa prevenir a ocorrência de conflitos de interesses, assegurando a integridade ética e profissional dos colaboradores, bem como a credibilidade e a imparcialidade da atividade desenvolvida pela_____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) no âmbito dos serviços objeto do Contrato celebrado com a AICEP, na sequência do procedimento _____ (designação ou referência ao procedimento em causa).

Um conflito de interesses pressupõe uma oposição concorrente entre os deveres públicos e os interesses particulares de um colaborador em funções públicas ou equiparadas numa situação em que estes últimos interesses podem influenciar, de forma inapropriada, o desempenho dos seus deveres e responsabilidades funcionais.

O exercício isento e imparcial das funções exercidas pelo colaborador em funções públicas ou equiparadas pode ser comprometido por motivos patrimoniais, pessoais, familiares, ou por qualquer outra circunstância, que seja suscetível de influenciar negativamente o desempenho nas funções que lhe estão cometidas.

Uma compreensão desenvolvida da especificidade dos deveres funcionais que a presente Declaração pretende acautelar e do respetivo regime de responsabilidades, é proporcionada pela leitura dos artigos 19.º a 24.º, 73.º, 183.º, 185.º a 186.º e 297.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e dos artigos 44.º a 51.º do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

1. O declarante afirma inexistir qualquer conflito de interesses face às matérias específicas sobre as quais é solicitado a intervir no âmbito dos projetos selecionados e identificados na lista discriminativa em anexo à presente Declaração.
2. Compromete-se igualmente a observar um dever de confidencialidade sobre todas as informações a que tiver acesso no contexto profissional, não transmitindo a terceiros quaisquer informações a que tenho acesso no âmbito do processo de avaliação e acompanhamento, nem



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

quaisquer outras obtidas em reuniões, apreciações técnicas e demais diligências realizadas durante esses procedimentos.

3. Declara que tem cabal conhecimento das responsabilidades decorrente do seu estatuto profissional, relativamente aos deveres de isenção, de imparcialidade e lealdade que agora reafirma e que as informações aqui fornecidas são verdadeiras, não se verificando qualquer situação de conflito de interesses que seja do seu conhecimento, assumindo, ainda, o compromisso de solicitar a reafecção de qualquer dos projetos selecionados e identificados na lista discriminativa em anexo à presente Declaração, caso as condições subjacentes à mesma se venham a alterar.

... (local),... (data),... [assinatura].